

Carta-resposta à FC&VB-MG e às entidades do turismo e de eventos de Minas Gerais

Turismo como política de desenvolvimento: continuidade, cooperação e resultados

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2026

À FC&VB-MG e às entidades signatárias do Compromisso Turismo Minas Gerais 2030–2050,

Prezadas e prezados,

Agradeço o encontro e o recebimento da Agenda Estratégica de Turismo e Eventos de Minas Gerais 2027–2030. Recebo o manifesto e o protocolo de intenções como contribuições de quem conhece as oportunidades do setor e enfrenta, diariamente, as dificuldades para transformá-las em renda e trabalho.

Tenho o hábito de examinar os documentos que recebo e responder aos seus pontos antes de assumir uma adesão. Essa postura expressa respeito: quero que cada compromisso tenha significado para quem o apresenta e consequência para quem deverá executá-lo. Esta carta registra minha concordância com os cinco eixos da Agenda e esclarece como pretendo desenvolvê-los, distinguindo os compromissos de governo das metas que precisam ser dimensionadas em conjunto.

Minas Gerais não começa do zero. A própria Agenda reconhece iniciativas e resultados já alcançados. Nosso governo preservará políticas que funcionam e aproveitará o conhecimento acumulado pelas equipes públicas e pelo setor. Não será necessário apagar uma iniciativa anterior para reconhecer o valor de uma nova contribuição.

O Plano de Governo que apresento com Maria Helena de Quadros Lopes prevê gestão profissional do turismo e dos equipamentos culturais, roteiros regionais e valorização das estâncias hidrominerais. Soma a essas diretrizes a cooperação municipal e o uso de evidências para orientar decisões. Esta resposta aplica essa base às propostas recebidas e incorpora as prioridades que apresentei no encontro.

Quero que o visitante consiga chegar com facilidade, encontre serviços de qualidade e tenha razões para permanecer e voltar. E quero que essa experiência represente oportunidades para quem vive no destino. Nosso objetivo não será apenas aumentar o movimento: será ampliar a renda gerada e sua distribuição pelos territórios.

1. Governança e Inteligência

Assumo fortalecer a capacidade de execução e planejamento da política estadual de turismo, com equipe técnica e responsabilidade institucional definida. A reivindicação por uma secretaria fortalecida será tratada em termos de atribuições, orçamento e pessoal qualificado. Não condiciono esse compromisso à criação de uma nova pasta nem anuncio uma separação administrativa entre cultura e turismo. Quero que as áreas trabalhem articuladas e que o setor saiba quem responde pelas decisões.

A atuação estadual será articulada à política nacional do turismo. Apoio o fortalecimento do Conselho Estadual de Turismo, respeitando suas atribuições e a autonomia de participação dos seus integrantes. Defendo reuniões regulares, encaminhamentos registrados e respostas públicas. Também acolho a atualização do planejamento até 2030 e a construção de uma orientação de longo prazo até 2050, com revisões periódicas. Planejar além do mandato não significa impor decisões aos governos seguintes: significa deixar informações e projetos que permitam continuidade.

As Instâncias de Governança Regional terão apoio, não concorrência do Estado. Como afirmei no encontro, nossos Governos Regionais deverão ajudá-las a articular municípios e estruturar projetos. Não substituirão as IGRs nem apagarão os recortes construídos pela política de regionalização do turismo. Também preservaremos as funções próprias dos consórcios e dos Convention & Visitors Bureaux, sem tratar organizações diferentes como se fossem equivalentes.

O apoio às IGRs deverá combinar assistência técnica e mecanismos de financiamento do trabalho regional, com critérios públicos e prestação de contas. A organização de destinos exige capacidade para elaborar projetos e manter equipes. O dimensionamento desse apoio será construído com as entidades e os municípios, considerando as necessidades territoriais, e não a proximidade política com o governador.

Acolho a Rede Colaborativa de Turismo e Eventos proposta na Agenda como mecanismo de cooperação entre estruturas existentes. O Observatório do Turismo deverá ser fortalecido e trabalhar de forma articulada com a Fundação João Pinheiro e as instituições de pesquisa. A aplicação de dados e de inteligência artificial deverá melhorar a análise e os serviços, com proteção das informações pessoais e supervisão humana. Não criaremos estruturas paralelas para reproduzir o que já existe.

2. Acesso e Competitividade

A ligação rápida e eficiente entre o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, e o centro da capital será uma prioridade do meu governo. Foi o compromisso que apresentei no encontro e que reafirmo nesta carta. Conectividade não termina quando o avião pousa: é preciso organizar também o deslocamento terrestre, inclusive para quem trabalha no aeroporto.

Determinarei o aproveitamento dos estudos existentes e a avaliação das alternativas, com comparação de capacidade, custo de implantação, custo de operação, integração e tempo de viagem. O objetivo é reduzir o tempo de deslocamento e torná-lo mais previsível. A solução deverá ter financiamento e responsabilidades definidos. Não anteciparei modalidade ou prazo de obra sem essa base técnica. A prioridade é o serviço que precisamos oferecer, não a escolha prematura de uma tecnologia.

Trabalharemos para preservar e ampliar a conectividade aérea de Minas Gerais, articulando aeroportos, companhias aéreas, entidades do setor e União. O planejamento deverá considerar tanto as conexões de Confins quanto as oportunidades dos aeroportos do interior. Abertura de rota precisa dialogar com demanda e viabilidade, e seu acompanhamento deve alcançar a operação efetiva, não apenas o anúncio.

Acolho a preocupação com os efeitos da reforma tributária sobre os instrumentos de atração e manutenção de voos. Assumo preparar uma estratégia de transição, com análise das alternativas de apoio à conectividade e dos incentivos. Examinaremos ações de infraestrutura e promoção conjunta, além de outros instrumentos juridicamente cabíveis. Não tratarei a troca de um desconto tributário por um subsídio direto como solução automática. Qualquer apoio deverá demonstrar contrapartidas, custo, objetivo e resultado.

A recuperação dos acessos rodoviários será parte da política turística. Nas rodovias estaduais, aplicaremos as diretrizes do plano de manutenção plurianual por desempenho e priorização por risco. As grandes intervenções deverão contar com engenharia madura, e a execução será acompanhada publicamente. O mapa das necessidades rodoviárias será cruzado com os acessos aos destinos, preservando os demais critérios de interesse público e segurança.

Nas rodovias federais, construiremos uma agenda de prioridades e projetos com a União e os responsáveis pelos contratos. A articulação buscará entregas acompanhadas por trecho, com recurso e responsável identificados. No transporte ferroviário, apoiaremos a preservação do patrimônio e a estruturação de serviços turísticos onde houver demanda e viabilidade. Não prometerei uma linha em cada região nem a conclusão de projetos ainda sem engenharia ou financiamento.

3. Mercado e Internacionalização

Concordo com a distinção feita pela Agenda entre despertar interesse no consumidor e colocar uma experiência nos canais de comercialização. Promoção precisa estar conectada a uma oferta que possa ser encontrada e comprada. Vamos aproximar destinos e empresas dos mercados prioritários, em cooperação com a Embratur e o Ministério do Turismo, sem abandonar o turismo doméstico.

O Estado deverá apoiar a preparação comercial dos destinos e a aproximação com compradores. Essa atuação não substituirá agências, operadoras e organizadores de eventos. A participação em feiras e missões deverá ter preparação anterior e acompanhamento posterior, para verificar quais contatos produziram negócios e quais obstáculos impediram a conversão.

Organizaremos, com os Convention & Visitors Bureaus e as entidades do setor, uma carteira de candidaturas a congressos e feiras. Para cada oportunidade, deverão ser conhecidos a capacidade do destino, os requisitos da candidatura e os responsáveis pelo trabalho. O apoio estadual terá critérios transparentes, com atenção à distribuição regional e às condições reais de realização.

Essa política contemplará o turismo de negócios e eventos, identificado na Agenda pela sigla MICE, incluindo convenções e viagens de incentivo. Reconhecemos os eventos consolidados e trabalharemos para conquistar novas oportunidades. O acompanhamento distinguirá candidatura apresentada, evento confirmado e evento realizado, além de examinar os efeitos sobre a permanência e a renda local.

A captação também será conectada aos roteiros turísticos. Um participante de congresso poderá encontrar experiências para prolongar sua estadia, desde que elas estejam organizadas e acessíveis. Esse prolongamento será uma oportunidade a desenvolver com o mercado, não uma receita presumida. A política de calendário deverá buscar atividade ao longo do ano e considerar as características de cada destino.

4. Produto e Experiência

Apoio qualificar o que Minas Gerais já oferece, em vez de multiplicar nomes de roteiros sem condições de funcionamento. Recebo a proposta de fortalecer o Programa Minas Recebe como parte dessa construção, com avaliação de seus resultados e aperfeiçoamento das ações. A Rede de Destinos Turísticos Inteligentes deverá contribuir para a qualidade da gestão e da experiência, e não se limitar à concessão de um título ou à aquisição de tecnologia.

Nos equipamentos culturais estaduais, aplicaremos a diretriz de gestão profissional, com padrões de conservação, funcionamento e manutenção. A organização da visita deverá considerar acessibilidade, acolhimento, informação, programação e segurança. Nas demais estruturas, a cooperação respeitará os responsáveis por sua gestão. Promover um atrativo exige cuidar também das condições para visitá-lo.

A cozinha mineira terá lugar na estratégia turística, conectada aos territórios produtores. Quero aproximar o visitante de quem produz e transmite esse conhecimento, com oportunidades para pequenos negócios. O apoio ao patrimônio e a proteção dos mestres de ofício previstos no plano contribuirão para essa agenda. A cultura não será reduzida a mercadoria: sua valorização turística deverá respeitar as comunidades e remunerar o trabalho de quem participa.

No turismo de natureza, a estruturação de experiências será acompanhada de conservação e segurança, em cooperação com os responsáveis pelas áreas. A valorização dos parques e da Serra do Espinhaço, mencionados na Agenda, exige atenção às condições de visitação e às populações locais. O crescimento do fluxo não poderá ser tratado como sucesso quando comprometer o patrimônio que motivou a visita.

As estâncias hidrominerais terão uma política de economia do bem-estar, como está no nosso plano. Defendo requalificar o funcionamento dos equipamentos e desenvolver uma operação profissional por concessão ou parceria, com prestação de contas e calendário permanente. Caxambu é uma referência concreta dessa proposta, que deverá considerar o conjunto das estâncias e as responsabilidades sobre cada ativo. A integração com a cidade e com os serviços locais será parte do desenho, para que o benefício não fique restrito ao equipamento.

5. Pessoas, Investimento e Sustentabilidade

A qualificação será permanente e orientada pelas necessidades dos destinos e dos trabalhadores. Vamos articular a oferta com instituições de ensino e organizações do Sistema S, aproveitando programas existentes. A formação deverá considerar a atividade que cada pessoa exerce ou pretende exercer, com oportunidades também para pequenos empreendedores e profissionais do interior.

O resultado será acompanhado além da abertura de vagas. Interessa saber quem concluiu a formação e como ela contribuiu para a qualidade do serviço ou para a trajetória profissional. A valorização do trabalho também exige atenção às condições em que ele acontece. Não quero uma política que enxergue apenas o empreendimento e ignore as pessoas responsáveis por receber o visitante.

Quanto ao Fundo Estadual de Turismo mencionado na Agenda, assumo examinar sua situação e apresentar uma proposta de fortalecimento e funcionamento com fontes identificadas e regras públicas. O financiamento do setor deverá distinguir crédito empresarial, fomento, investimento em infraestrutura e manutenção. A simples existência de um fundo não assegura recursos para essas finalidades.

Com o BDMG e as estruturas estaduais competentes, examinaremos como ampliar o acesso dos empreendimentos aos instrumentos adequados. A participação da Codemge será considerada conforme suas competências e as características dos projetos. O capital privado deverá ser mobilizado com condições claras, sem transformar o Estado em garantidor indiscriminado dos riscos empresariais. Eventuais subsídios terão custo explicitado, e receitas extraordinárias não serão apresentadas como fonte automática para despesas permanentes.

Apoio a orientação de turismo regenerativo, responsável e sustentável apresentada pelo setor. Sua aplicação deverá produzir medidas verificáveis de benefício às comunidades e conservação. Vamos articular o planejamento turístico com adaptação climática, gestão de resíduos e saneamento, respeitando as competências de cada ente. A acessibilidade e a participação das comunidades serão dimensões do desenvolvimento dos destinos, com atenção a pessoas com deficiência e às necessidades de diferentes visitantes.

Uma política turística bem-sucedida deve melhorar também a vida de quem mora no lugar visitado. Esse será um critério para avaliar os projetos apoiados pelo Estado.

6. Metas para 2030: ambição com critérios de acompanhamento

Acolho as dez dimensões de monitoramento propostas pela Agenda. Elas permitem relacionar as ações do governo aos resultados esperados pelo setor. Os patamares quantitativos, entretanto, precisam de base de referência e metodologia definidas, além de meios de execução. Não os ratifico automaticamente como resultados garantidos pelo Executivo. Assumo trabalhar com o setor para transformá-los em metas consistentes e públicas, nos seguintes termos.

Fluxo. Crescer acima da média nacional em ciclos plurianuais será uma referência de desempenho. A comparação deverá utilizar o mesmo indicador e períodos equivalentes, sem confundir número de viagens com volume de atividade econômica ou atribuir toda variação a uma única ação governamental.

Internacional. Recebo a proposta de duplicar a base recente de visitantes estrangeiros, ou estabelecer trajetória equivalente, como referência para o planejamento. Antes de fixar o número, será necessário definir qual base será utilizada e distinguir entrada internacional por Minas Gerais de visita ao destino após ingresso por outra unidade da federação.

Emprego. A proposta de superar 500 mil empregos formais associados ao turismo será examinada como patamar total de vínculos, não como promessa de criar 500 mil novos postos. O acompanhamento deverá esclarecer a abrangência das atividades e a base de comparação, incluindo atenção à qualidade do trabalho.

Valor. Assumo orientar a política para ampliar o gasto médio e a permanência, acompanhando a renda gerada nos territórios. O crescimento do gasto deverá ser analisado em valores comparáveis, para não confundir aumento de preços com melhora da experiência ou do resultado econômico.

Conectividade. Trabalharemos pela ampliação de frequências e mercados prioritários, acompanhando os voos efetivamente operados e sua continuidade. A ligação terrestre entre Confins e Belo Horizonte será acompanhada como prioridade própria, sem confundir anúncio de projeto com serviço entregue.

Comercialização. A referência de dez ou mais produtos ou rotas com distribuição ativa será considerada na seleção inicial da carteira, em parceria com o mercado. A avaliação deverá verificar oferta disponível e canais efetivos de reserva e venda, não apenas a inclusão em material promocional.

MICE. Assumo organizar a atuação estadual de apoio à captação e acompanhar os eventos realizados e seus resultados. O impacto econômico será examinado com metodologia explícita, distinguindo público total de visitantes de fora e evitando tratar estimativas como receita pública arrecadada.

Qualificação. A proposta de 100 mil pessoas qualificadas será dimensionada com as instituições formadoras, considerando capacidade de atendimento, custo e demanda. Não confirmo esse quantitativo sem esse trabalho. A contagem deverá distinguir pessoas que concluíram a formação de vagas oferecidas ou inscrições repetidas.

ESG. Apoio indicadores e planos de adaptação e regeneração nos destinos prioritários. Os critérios ambientais e sociais deverão orientar decisões sobre os projetos, com acompanhamento da conservação e dos efeitos sobre as comunidades, em vez de funcionar apenas como divulgação institucional.

Investimento. Assumo estruturar projetos e mobilizar capital público e privado para sua execução. Os relatórios distinguirão investimento anunciado, contratado e efetivamente realizado, com explicitação das obrigações futuras do Estado e das condições de manutenção dos equipamentos.

7. Uma estratégia integrada até dezembro de 2027

Acolho o marco proposto pela Agenda e assumo apresentar, até dezembro de 2027, uma estratégia integrada de turismo e eventos para a gestão 2027–2030. Sua construção começará no início do mandato, utilizando as instâncias existentes e com participação regional. A cooperação será articulada com aeroportos, entidades representativas, municípios e os demais integrantes da cadeia, preservando suas atribuições.

A estratégia deverá conter prioridades de execução e indicadores de acompanhamento. Para cada ação estadual, serão explicitados custo, fonte de financiamento, prazo e responsável. Os compromissos conjuntos serão registrados conforme a adesão dos parceiros, sem anunciar unilateralmente a obrigação de outra instituição. O documento também deverá orientar a continuidade do planejamento até 2030 e o debate de longo prazo até 2050.

A conexão Confins–centro de Belo Horizonte, a estruturação de candidaturas a eventos e o fortalecimento das IGRs integrarão esse trabalho. A preparação da estratégia não suspenderá os programas em funcionamento nem impedirá medidas que já possam ser executadas. Acordaremos com o setor um calendário de acompanhamento e apresentaremos balanços periódicos, inclusive sobre ações atrasadas e providências de correção.

Esta carta não pretende encerrar o diálogo. Ela registra minha resposta ao manifesto e ao protocolo de intenções e oferece uma base para cobrança futura. Os compromissos não dependerão de apoio eleitoral das entidades, e a participação permanecerá aberta às diferentes regiões e aos diversos segmentos do setor.

Minas Gerais já tem comunidades que preservam saberes, empreendimentos que trabalham e pessoas que recebem bem. Nosso dever é criar condições para que esse esforço alcance mais mercados e produza oportunidades duradouras. Quero que uma visita se traduza em trabalho valorizado, que uma experiência motive outra viagem e que a renda gerada fortaleça o lugar que tornou tudo isso possível.

Meu compromisso é preservar o que funciona e enfrentar os obstáculos. É construir com o setor uma política de turismo que continue depois da eleição e produza resultados além de um mandato.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB